

PUBLICADO

Extrema, 30 / 09 / 2024

PORTARIA Nº. 3.183

DE 30 DE SETEMBRO DE 2024.

“Determina a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), e dá outras providências.”

CONSIDERANDO o teor do **Ofício nº. 770/2024**, datado em 25 de setembro de 2024, proveniente da **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, referente à conduta da servidora efetiva **Daniela de Sousa Silva**, ocupante do cargo de **Monitora Escolar I**, conforme os fatos narrados no referido Ofício, bem como toda a documentação que o acompanha;

CONSIDERANDO que a referida servidora faltou ao trabalho, injustificadamente, por período superior à de 30 (trinta) dias consecutivos, ausência que vem se prolongando no tempo, de forma contínua;

CONSIDERANDO que a referida servidora não compareceu à Secretaria Municipal de Recursos Humanos, após ter sido notificada no dia 04 de setembro de 2024, para justificar suas ausências por todo período evidenciado no espelho de ponto;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o **art. 131 da Lei Municipal nº. 789, de 11 de outubro de 1990** (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Extrema), constituem deveres dos servidores públicos, dentre outros: *exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; ser assíduo e pontual ao serviço;*

CONSIDERANDO que, nos termos do **art. 132 da Lei Municipal nº. 789, de 11 de outubro de 1990** (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Extrema), aos servidores públicos são proibidas as seguintes condutas, dentre outras: *proceder de forma desidiosa;*

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, em seu artigo 147, inciso II c/c art. 153 prevê a pena de demissão no caso de abandono

de cargo, configurando-se este como a “*ausência intencional do funcionário ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos*”;

CONSIDERANDO a inafastável necessidade de se garantir ao(à) servidor(a) o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação em vigor (*artigo 5º, inciso LV da Constituição da República de 1988*), demonstrando-se necessária a instauração de processo administrativo para o exercício de tais garantias constitucionais;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se preservar o bom andamento da administração pública, bem como zelar pelo bom desempenho dos serviços públicos;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA, Senhor João Batista da Silva, no exercício de suas funções e no uso de suas atribuições legais,

DETERMINA:

Art. 1º - A instauração de **Processo Administrativo Disciplinar (PAD)** em face da servidora **DANIELA DE SOUSA SILVA**, brasileira, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de **Monitora Escolar I**, inscrita no CPF sob nº. ***.588.773-**, para apuração de eventual prática das infrações disciplinares relatadas no preâmbulo da presente Portaria, bem como os eventuais fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - Nomeio, para compor a Comissão Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais, ficando o primeiro nomeado para o exercício da Presidência da Comissão:

I - Wallace Aquino Ferreira;

II - Bruno Alves da Cunha Carvalho;

III - Renata Alves de Almeida.



AV. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.642-350
Prefeitura Municipal de Extrema
(35) 3435.1911
www.extrema.mg.gov.br

Art. 3º - Proceda-se na forma do artigo 166 e seguintes da Lei Municipal 789/90, com a instrução, defesa e relatório, no prazo estabelecido, vindo, após, a conclusão para o julgamento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Batista da Silva
- Prefeito Municipal -